

ACÓRDÃO NU.: 00476.2006.006.13.00-1

RECURSO ORDINÁRIO

RECORRENTE: GRUPO QUATRO PLANEJAMENTO E OBRAS LTDA

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E EMPREITEIRA DE OBRAS MEIRELES LTDA

E M E N T A: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Os interesses de um determinado grupo de pessoas, unidas por uma relação jurídica, caracterizam-se como coletivos. Para resguardá-los, é indiscutível que a legislação constitucional e infraconstitucional (arts. 127 e 129 da CF/88, Lei nº 7.347/85, LC nº 75/93 e Lei nº 8.078/90) conferem ao Ministério Público do Trabalho legitimação autônoma para atuar em defesa dos direitos difusos e coletivos.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INOBSERVÂNCIA ÀS NORMAS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO. CONDUTA ILÍCITA CONFIGURADA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. Comprovada a prática de conduta antijurídica das empresas, consubstanciada no desrespeito às normas de medicina e segurança do trabalho e no descaso com as condições de higiene, saúde e segurança que integram o meio ambiente do trabalho, refletindo em toda a coletividade, é necessário que se proceda à reparação pecuniária do ato atentatório às garantias fundamentais, como forma de inibir novas condutas que configuram uma ofensa ao patrimônio moral coletivo.

Vistos etc.

Trata-se de recurso ordinário proveniente da 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa/PB, interposto nos autos da ação civil pública ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO

TRABALHO em face de GRUPO QUATRO PLANEJAMENTO E OBRAS LTDA. E EMPREITEIRA DE OBRAS MEIRELES LTDA.

O Juiz de origem, por meio da sentença de fls. 256/260, julgou procedente a ação civil pública, para condenar as reclamadas, de forma solidária, em indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a ser revertida em favor do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador e, ainda, confirmando a liminar concedida, condenar as demandadas a cumprirem as obrigações de se absterem de terceirizar atividade-fim, especialmente a atividade de demolição; observar todos os itens e subitens da NR 18 e de elaborar e implementar PPRA, com observância da NR 9 e respectivos itens e subitens. Fixou, ainda, a multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia até que haja adequação da conduta ao comando judicial, reversível ao FAT. Custas pelas demandadas, no valor de R\$ 12.000,00.

Recurso ordinário interposto pela segunda reclamada -Empreiteira de Obras Meireles Ltda. (fls. 263/289), o qual não foi recebido pelo Juízo de origem, ante a ausência de recolhimento das custas processuais. Da decisão, a segunda demandada interpôs agravo de instrumento para este Regional.

Embargos de declaração opostos pelo Grupo Quatro Planejamento e Obras Ltda. (fls.305/309), rejeitados pelo Juiz de origem, fls. 327/328.

Às fls. 330/351, a primeira reclamada interpõe recurso ordinário. Suscita, preliminarmente, a ilegitimidade do Ministério Público do Trabalho para propor a presente ação, pois conforme narra a inicial, o procedimento investigatório que originou a ação foi instaurado a partir de um fato isolado, não se verificando lesão à coletividade. Alega, ainda, preliminar de nulidade do processo por cerceamento do direito de defesa, em razão do indeferimento do pedido de exibição de documento em poder da parte contrária. No mérito, sustenta que o pedido de indenização por dano moral coletivo tem fundamento no acidente de trabalho havido no curso da relação empregatícia. Como o vínculo se extinguiu em 29.04.2004, a partir de quando iniciou-se a contagem do prazo prescricional, e a ação só foi ajuizada em 02.05.2006, encontra-se prescrito o direito de pretensão do autor. Alega que constitui pressuposto para indenização por acidente de

trabalho a prova de culpa ou dolo do empregador e que a adoção da tese da responsabilidade objetiva ou sem culpa, afronta o disposto na Constituição Federal, art. 7º, XXVIII. Argumenta que o contrato de empreitada para demolição não se enquadra como terceirização, tampouco como de atividade fim da empresa recorrente, porquanto se trata de atividade técnica que exige experiência específica. Sustenta a ausência de responsabilidade, aduzindo que o acidentado não era seu empregado, mas da segunda reclamada Empreiteira Meireles, a quem era subordinado e recebia ordens. Defende a inexistência de dano moral coletivo, ao fundamento de que para a configuração do dano é preciso que haja uma ofensa coletiva, geral e deliberada, o que não se verifica na presente hipótese, já que a ação se funda na ocorrência de um caso isolado de acidente de trabalho. Destaca a inexistência de culpa ou dolo, elementos necessários à configuração do dano moral coletivo, bem como que não há prova, por parte do autor, do descumprimento das normas de segurança do trabalho. Entende ilegal a condenação solidária, por ato atribuído à segunda reclamada, insurgindo-se, ao final, contra o valor atribuído à condenação.

Custas processuais pagas e depósito recursal recolhido, fls. 353/354.

Contra-razões da segunda reclamada às fls. 448/462 e do Ministério Público do Trabalho, às fls. 466/475.

O Ministério Público do Trabalho deixa de emitir parecer de mérito, ratificando o arrazoadado de fls. 466/475.

Despachos às fls. 486, 487 e 489, por meio dos quais os Juízes Afrânio Neves de Melo, Herminegilda Leite Machado e Wolney de Macedo Cordeiro, respectivamente, se averbam suspeitos para funcionar no feito.

Os autos foram redistribuídos a este Juiz Relator.

É o relatório.

V O T O

1. ADMISSIBILIDADE

Conheço do recurso ordinário, vez que preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursal.

2. PRELIMINAR

2.1 De ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho para propor a presente ação, argüida pela empresa recorrente.

A empresa insiste na tese de que o Ministério Público do Trabalho é parte ilegítima para propor a presente ação civil pública, uma vez que só teria legitimidade para "defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis".

Afirma que, conforme narra a inicial, o procedimento investigatório que originou a ação foi instaurado a partir de um fato isolado, não se verificando lesão à coletividade.

Sem consistência a tese sustentada pela recorrente.

A legislação constitucional (arts. 127 e 129 da CF/88) e infraconstitucional (Lei 7.347/85, LC nº 75/93 e Lei 8.078/90), conferem ao Ministério Público do Trabalho legitimação autônoma para defender em Juízo direitos difusos e coletivos.

A discussão gira em torno da alegação de inobservância às normas de medicina e segurança do trabalho, colocando em risco interesses da coletividade de trabalhadores. Assim, os titulares dos interesses fazem parte de um grupo determinado de pessoas, unidos por uma relação jurídica, o que caracteriza o direito coletivo. (CHEMENTI, R. Cunha, et. al. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2004. P. 394).

Cabe, portanto, ao Ministério Público, como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, resguardar esses interesses sociais e individuais indisponíveis, o que lhe confere a legitimidade para propor a presente ação civil pública.

Rejeito, pois, a preliminar.

2.2. De nulidade do processo por cerceamento do direito de defesa, suscitada pela recorrente.

Suscita a recorrente a preliminar em tela, em razão do indeferimento do pedido de exibição de documento em poder da parte contrária. Alega que o referido documento (contrato celebrado com o MPT) constitui prova fundamental para descaracterizar a ilicitude na contratação da segunda reclamada.

Sem razão, contudo.

Analizando os termos da ata de instrução (fls. 203/205), extrai-se que o Juiz que conduziu a audiência indeferiu o pedido de apresentação do contrato "por entender que não fará prova apta a produzir o convencimento necessário à decisão". O magistrado de primeiro grau reconsiderou decisão anterior em face da declaração do representante da segunda reclamada, Empreiteira Meireles, de que o contrato com o MPT "não existiu, mas sim ocorreu com uma terceira empresa".

A teor do disposto no art. 130 do Código de Processual Civil, o magistrado pode indeferir o pedido de produção de provas que considerar desnecessárias. Como cediço, ao Juiz do Trabalho é dada ampla liberdade na direção do processo (art. 765 da CLT), sendo-lhe facultado determinar a realização de diligências necessárias ou dispensar provas que considerar inúteis, mormente quando as provas existentes nos autos são suficientes para firmar seu convencimento.

In casu, em se tratando de contrato celebrado com uma terceira empresa, a juntada do documento em nada modificaria o entendimento do julgador.

Nesse sentido a jurisprudência trabalhista, a exemplo do aresto a seguir transcrito:

"CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. NÃO-OCORRÊNCIA. Considerando que cabe ao Juízo de primeiro grau conduzir a fase de conhecimento conforme determina o artigo 765 da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com os artigos 125 e 130 do Código de Processo Civil, não caracteriza cerceamento do direito de defesa o indeferimento de prova manifestamente ineficaz ." (Ac. TRT 12ª Região. 3ª T. Relª Juíza Marta Maria Villalba Fabre. DJ. 23.01.2002)

Preliminar que se rejeita.

3. MÉRITO

3.1 Da prescrição

Sustenta a recorrente que o pedido de indenização por dano moral coletivo decorre do acidente de trabalho havido no curso da relação empregatícia. Como o vínculo se extinguiu em 29.04.2004, a partir de quando iniciou-se a contagem do prazo prescricional, e a ação só foi ajuizada em 02.05.2006, encontra-se prescrito o direito de pretensão do autor.

Razão não lhe assiste.

A presente ação civil pública tem como fundamento o descumprimento das normas de medicina e segurança do trabalho, por parte das reclamadas, culminando com um acidente de trabalho, com vítima fatal. Não se está discutindo o dano moral individualmente suportado pela vítima do infortúnio, mas sim se houve lesão aos interesses de uma coletividade de trabalhadores.

Para a caracterização da prescrição, faz-se necessária a inércia do titular de um direito e o decurso do lapso prescricional. No caso, entendo que a pretensão relativa a direitos de uma coletividade é imprescritível, na medida em que a falta do exercício de um direito não pode ser considerada como inércia de um único titular, já que este não possui legitimidade para defendê-lo.

Nessa esteira, vale transcrever trecho do artigo do mestre Raimundo Simão de Melo que assim preleciona:

"A prescrição se refere a direito patrimonial de quem, no prazo legal, sem razão justificada, não age na defesa dos seus interesses, pelo que esse instituto não tem o condão de atingir os direitos e interesses metaindividuais nas modalidades difusa e coletiva. Esses direitos pertencem a pessoas indeterminadas ou apenas determináveis no seio da sociedade, tendo como características marcantes a indivisibilidade, a indisponibilidade, a essencialidade, a ausência de conteúdo econômico, a sua natureza pública e imprescritibilidade."

Acrescente-se, como bem destacou o Juízo de origem, que na presente demanda não se busca créditos resultantes de um contrato individual de trabalho, de modo que a contagem do prazo não está relacionada com o término do contrato, não havendo qualquer prescrição a ser declarada.

3.2. Da terceirização ilícita.

Argumenta a recorrente que o contrato de empreitada para demolição não se enquadra como terceirização, tampouco como de atividade fim da empresa recorrente, porquanto se trata de atividade técnica que exige experiência específica.

Sem razão a recorrente.

O fenômeno da terceirização tem se expandido ao longo do tempo, de maneira tal que o C. Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula 331 a respeito do tema, definindo quais as situações constituem terceirização lícita, ou seja, atividades de vigilância, conservação e limpeza e, ainda, serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador de serviços. Afora tais situações, não se atribui validade ao processo de terceirização, devendo o tomador de serviços responder pela relação laboral estabelecida com o empregado.

A terceirização ilícita, portanto, se caracteriza por ter como objeto a contratação de serviços preponderantes ou atividades consideradas essenciais para a empresa tomadora.

Nesse passo, entendo que a demolição e terraplanagem para a construção de uma obra se enquadra perfeitamente como serviço preponderante da construção civil. É o

que estabelece a NR 18, a qual dispõe sobre as condições e ambiente de trabalho na Construção Civil (fls. 76):

"18.1.1. Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção.

18.1.2. Consideram-se atividades da Indústria da Construção as constantes do Quadro I, Código da Atividade Específica, da NR 4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho e as atividades e serviços de demolição, reparo, pintura, limpeza e manutenção de edifícios em geral, de qualquer número de pavimentos ou tipo de construção, inclusive manutenção de obras de urbanização e paisagismo." Grifo nosso

A terceirização ilícita configura-se justamente pela intermediação de mão-de-obra por empresa interposta, para realização de atividade-fim da empresa contratante. Tal procedimento, muito comum na construção civil, é utilizado no intuito evidente de redução de custos, sempre em benefício da atividade empresarial e nunca do empregado, o mais prejudicado com a terceirização dos serviços.

De igual modo, não prospera o argumento recursal quanto à existência de um contrato de empreitada de natureza civil. A própria representante da demandada afirmou, ao prestar depoimento junto ao Ministério Público do Trabalho (fls. 35), "que a demolição de eventuais imóveis existentes nos locais onde a empresa promoverá a obra é toda terceirizada; (...) que o contrato de terceirização para demolição é feito de forma verbal (...)".

Demais disso, o alegado contrato de empreitada não foi sequer formalizado, uma vez que a primeira reclamada contratou a empresa Empreiteira de Obras Meireles Ltda., apenas verbalmente. Logo, não se pode considerar como de natureza civil o contrato mantido entre as reclamadas, para a demolição e preparo do terreno, mas sim uma terceirização de serviços, no caso ilícita.

Embora caracterizada a terceirização ilícita, não prospera a alegação da recorrida Empreiteira Meireles (contra-razões de fls. 448/462) de que houve julgamento ultra petita, tendo em vista a condenação solidária e não subsidiária. É que, em se tratando de recurso da reclamada principal, a condenação subsidiária implicaria em afronta ao princípio do non reformatio in pejus. Demais disso, a condenação das empresas de forma solidária decorre da conduta ilícita de ambas, acaso constatada, e não da terceirização ilícita.

Por fim, desnecessário tecermos maiores considerações acerca do vínculo empregatício do acidentado, se ele era contratado da empresa Empreiteira Meireles ou se o vínculo se formou diretamente com o tomador de serviços, Grupo Quatro. É que, não se discute nos presentes autos o dano moral sofrido pela vítima do acidente ou mesmo outros direitos trabalhistas advindos do contrato, mas tão-somente as condições de trabalho a que estavam sujeitos os trabalhadores no momento do infortúnio.

3.3 Da conduta antijurídica das empresas e a configuração do dano moral coletivo.

O Ministério Público do Trabalho, em face do Relatório de Investigação de Acidente Fatal, realizado pela Delegacia Regional do Trabalho instaurou Procedimento Investigatório (PI 266/2005), para apurar se havia, por parte das empresas reclamadas inobservância às normas de saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho.

Extraí-se do relatório de investigação a existência de inúmeras irregularidades, notadamente no que diz respeito à segurança dos trabalhadores, uma vez que a empresa deixou de adotar as medidas de proteção previstas nas normas de segurança e saúde no trabalho. Merece destaque a falta de planejamento e supervisão na obra; ausência de profissional habilitado (engenheiro ou técnico) no momento da demolição; acesso livre dos trabalhadores, mesmo sendo evidentes os sinais de desmoronamento; falta de treinamento em segurança e saúde do trabalho; dentre outros fatores de risco.

Concluíram os auditores fiscais responsáveis pela investigação (fls. 29/30):

"O acidente aconteceu como resultado da improvidência e da falta de preocupação com a segurança dos trabalhadores que, para desenvolver suas atividades nessa obra, precisam se expor aos riscos, sem medidas de proteção necessárias. Nesse aspecto, falharam tanto a empresa principal como a contratada... O fato de manter trabalhadores não qualificados, que não receberam treinamento adequado, em obra de demolição e escavação, atividade esta que envolve risco de acidente grave caso não haja planejamento adequado e acompanhamento por profissional legalmente habilitado e de não adotar as medidas preventivas necessárias antes do ingresso desses trabalhadores desavisados no local de trabalho, mostra o descaso das empresas com as normas de segurança no trabalho."

A partir da análise do aludido relatório, bem como dos demais elementos colhidos no procedimento investigatório, verifica-se que a culpa das demandadas na consecução do acidente do trabalho, o qual vitimou o Sr. Sebastião Barbosa de Lacerda, restou inconteste. A investigação evidencia a falta de previdência das empresas e o completo descaso com a saúde e a vida dos trabalhadores que se encontravam no local do acidente, além do descumprimento das normas de segurança do trabalho.

É certo que as provas obtidas no procedimento investigatório não são definitivas, já que admitem ser contrariadas ou complementadas em juízo, todavia, se bem instruído, pouco tem o que se acrescentar. Sobre a prova nas ações civis públicas, André de Carvalho Ramos (A ação civil pública e o dano moral coletivo, Revista de Direito ao Consumidor, nº 25 - janeiro/março de 1998, Instituto Brasileiro de Política e Direito ao Consumidor), chega a dizer, de forma extremada, que o dano moral coletivo goza de presunção absoluta. Havendo necessidade, apenas, de comprovar a existência de um quadro fático, presumivelmente propício, segundo um critério de razoabilidade.

Ainda sobre o assunto, vale transcrever a ementa que retrata o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSO CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INQUÉRITO CIVIL - VALOR PROBATÓRIO - REEXAME DE PROVA: SÚMULA 7/STJ. O inquérito civil público é procedimento informativo que visa colher elementos probatórios e informações para o ajuizamento de ação civil pública. 2. As provas colhidas no inquérito tem valor probatório relativo, porque colhidas sem a observância do contraditório, mas só devem se afastadas quando há contraprova de hierarquia superior, ou seja, produzida pela vigilância do contraditório. 3. A prova colhida inquisitorialmente não se afasta por mera negativa, cabendo ao juiz, no seu livre convencimento, sopesá-las." Recurso Especial n. 476.660-MG, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ. 04/08/2003).

De tudo que foi apurado, dúvida não há da caracterização de uma ofensa à interesses coletivos juridicamente tutelados. O dano moral coletivo trabalhista "pode ser conceituado como a atitude antijurídica de empresas ou grupo de empresas que, por ação ou omissão, lesam uma determinada coletividade de trabalhadores, seja lhes subtraindo direitos assegurados legalmente, seja expondo-os a situações de risco em face do descumprimento de normas básicas de segurança e higiene do trabalho".

É exatamente esta a hipótese dos autos. A culpa de ambas as reclamadas, repise-se, restou flagrantemente comprovada, em face da inobservância das normas de medicina e segurança no trabalho, configurando um dano ao meio ambiente do trabalho.

O meio ambiente do trabalho, no dizer da prof^a Alice Monteiro de Barros é o local onde o homem obtém os meios para prover a sua subsistência, e onde o bem jurídico a ser tutelado é a saúde e a segurança dos trabalhadores. Logo, faz-se necessária a incorporação de práticas de segurança no trabalho e a eliminação ou minimização dos riscos a que os trabalhadores estão expostos, a fim de resguardar os interesses da coletividade.

Além disso, a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança constitui-se em direito social dos trabalhadores urbanos e rurais, nos exatos termos do que prevê o inciso XXII do art. 7º da Constituição Federal, salientando a obrigação do empregador quanto à observância aos arts. 154 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

A afronta a tais normas coloca em risco a vida, a saúde e a incolumidade física dos trabalhadores, que integram o meio ambiente do trabalho, mediante sua força produtiva à disposição do empregador.

Ainda que não houvesse culpa comprovada, a Constituição da República (art. 225, § 3º) prevê a proteção ao meio ambiente, inclusive o meio ambiente do trabalho, devendo o ofensor responder por eventuais danos, independentemente de culpa.

Convém ressaltar que, para a caracterização do dano moral coletivo, não é imprescindível que haja o efetivo dano à vida, à saúde ou à integridade física dos trabalhadores. *In casu*, embora os autos noticiem apenas um acidente de trabalho com óbito, o dano restou suficientemente comprovado. O desrespeito às normas de medicina e segurança do trabalho e o descaso com as condições de higiene, saúde e segurança que integram o meio ambiente do trabalho, refletindo em toda a coletividade, é o bastante para sua configuração.

3.4 Da indenização pelo dano moral coletivo.

Constatando-se a atitude antijurídica das empresas lesando interesses coletivos (direito à vida, à saúde e à segurança no trabalho) e havendo nexo causal entre a conduta ofensiva e a lesão observada aos valores extrapatrimoniais de um grupo de pessoas (empregados atuais e outros que poderão ser contratados), é essencial que haja uma reparação pecuniária a título de indenização, como forma de coibir essa conduta, que fere direitos e garantias fundamentais.

Nesse sentido entendeu este Regional, conforme julgamento do Processo 01287.2005.022.13.00-4, cuja redação do acórdão coube ao Juiz Edvaldo de Andrade, verbis:

"DANO MORAL COLETIVO. OFENSA A GARANTIA FUNDAMENTAL. LESÃO DE DIREITO DIFUSO. REPARABILIDADE. Concluindo-se pela existência de uma grave transgressão a interesses difusos da sociedade, há de se acolher a pretensão destinada ao ressarcimento do dano moral coletivo. Com efeito, a reparabilidade deste dano cometido em desfavor do meio social é questão já assentada no âmbito doutrinário e jurisprudencial. O ataque aos princípios básicos de constituição da sociedade mediante negativa de eficácia de garantias fundamentais configura uma ofensa ao patrimônio moral coletivo. Sendo assim, revela-se útil e até necessário que se proceda à reparação pecuniária do ato atentatório às garantias fundamentais, como forma pedagógica, no sentido de inibir novas condutas ofensivas."

No mesmo sentido, vem se posicionando a jurisprudência dos Tribunais Trabalhistas, a exemplo do aresto a seguir:

"DANO MORAL COLETIVO - POSSIBILIDADE. Uma vez configurado que a ré violou direito transindividuais de ordem coletiva, infringindo normas de ordem pública que regem a saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador, é devida a indenização por dano moral coletivo, pois tal atitude da ré abala o sentimento de dignidade, falta de apreço e consideração, tendo reflexos na coletividade e causando grandes prejuízos à sociedade" (TRT 8ª Região. Acórdão 1ª T., RO 5309/2002, DOEPA 19.12.2002, Relator Juiz Convocado Luís José de Jesus Ribeiro).

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURAÇÃO. A prática de atos que violam direitos fundamentais dos trabalhadores, afetam a sociedade, haja vista ser do interesse de todos a observância das garantias legais para a realização do trabalho, sendo certo que o desrespeito aos valores, tão fundamentais, desencadeia um sentimento coletivo de indignação e repulsa, caracterizando-se ofensa à moral social. De fato, a valorização e a proteção ao trabalho devem nortear as relações entre empregados e empregadores, sendo importante para a sociedade a preservação de tais princípios. Não restam dúvidas de que o pedido de indenização por dano moral em decorrência a violação aos direitos

coletivos e difusos encontra suporte na legislação pátria, haja vista o artigo 5o, inciso X, da CRF de 1988, bem como os artigos 186 e 927 do código Civil de 2002, sendo certo que o patrimônio moral da sociedade, assim como o do indivíduo deve ser preservado, oferecendo-se à coletividade compensação pelo dano sofrido. Portanto, comprovada a ocorrência de dano, em virtude de ato da empresa, há que se deferir a indenização postulada." (TRT 3ª Região. 3ª T. RO 01488.2005.067.03.00-7. Rel. Bolívar Viegas Peixoto. DJMG 19.08.2006)

Por tudo que foi dito, entendo que a sentença recorrida deve ser mantida, tanto no tocante à indenização por danos morais coletivos, quanto à multa imposta por descumprimento das obrigações impostas.

No caso dos autos, levando-se em conta o poder econômico das empresas, especialmente da primeira reclamada, e a atitude anti-jurídica de ambas, lesando direitos fundamentais dos trabalhadores e, considerando ainda o caráter punitivo-pedagógico da medida, a fim de inibir que tal prática seja reiterada, tenho que a condenação solidária em indenização por danos morais no valor R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a ser revertida em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, afigura-se bastante razoável.

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço do recurso e nego-lhe provimento.

Custas mantidas.

É o voto.

João Pessoa, de 2008.

VICENTE VANDERLEI NOGUEIRA DE BRITO
Juiz Relator